

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: OLHARES QUE SE ENTRECruzAM

Maria Cristina PIANA*

- **RESUMO:** Este artigo apresenta uma reflexão sobre a atuação do Serviço Social na política educacional brasileira. O espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo gradativamente conquistado. A partir de alguns dados históricos, sabe-se que o assistente social sempre marcou presença na área da educação iniciando na primeira década do século XX. A escola, nos dias de hoje, tem se tornado um espaço importante e fundamental de atuação do assistente social, por ser ela espaço de inclusão social, garantindo a universalidade e a qualidade do seu atendimento e instância de gestão democrática, reconhecendo a importância e necessidade de viabilizar diferentes formas de participação da comunidade, em seu processo de organização e de funcionamento. Com isso uma intervenção profissional interdisciplinar poderá contribuir com a busca de novos saberes e possibilitar que as pessoas se tornem sujeitos de sua história.
- **PALAVRAS CHAVE:** educação. serviço social. intervenção profissional.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social vive hoje a expansão profissional através de novos espaços sócio-ocupacionais e a (re) inserção no cenário da política educacional, tem revelado um grande desafio à profissão, pois aos assistentes sociais apresenta-se a necessidade de engajar-se nas instituições escolares, de elaborar e de implementar projetos de integração dos aspectos sociais e educacionais vividos pelos destinatários dessa política social, de inserir-se profundamente na dinâmica do conhecimento pedagógico e das suas legislações que marcaram a construção de políticas educacionais nesse país.

O assistente social hoje, busca fundamentar sua formação profissional a partir das novas Diretrizes Curriculares, com uma flexibilidade das disciplinas, podendo contemplar especificidades regionais e demandas geradas pelas necessidades, através de interlocuções com outras áreas do saber (pluralismo), a

* Doutora em Serviço Social pela FHDSS /UNESP – Franca/SP, membro do Grupo de Pesquisa: Família, Sociedade e Educação: Perspectivas e Tendências da UNESP/Franca e docente do Curso de Serviço Social do UNIFEB/Barretos/SP.

indissociabilidade nas dimensões ensino, pesquisa e extensão e a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

Nessa perspectiva, é que o Serviço Social busca construir um perfil profissional na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social.

Pode-se afirmar uma presença do profissional, assistente social, na política educacional brasileira? E/ou um Serviço Social Escolar? Em que diferenciam essas expressões ou atuações? Fatos históricos revelam que houve a tentativa da atuação da profissão nesta política social pública e privada, através de vários trabalhos isolados, em municípios do Brasil sem muitos avanços, contudo uma história tende a ser traçada no início desse terceiro milênio e escrita novamente, com apelos de organização da categoria na elaboração de leis que garantam efetivamente a atuação do Serviço Social na política educacional brasileira.

OLHARES QUE SE ENTRECruzAM...

O Serviço Social do início do século XX, nasce como uma profissão prático-interventiva, através de várias instituições prestadoras de serviço que atendiam às necessidades sociais de uma sociedade excluída do acesso à riqueza. Tem-se, a partir de então, condições históricas e materiais que justificam e ampliam essas ações sociais, determinando a legitimidade de uma profissão.

A presença de um Estado que se redefinia politicamente e assumia a tarefa de prestador de serviços sociais à população de baixa renda, fortalecia a dependência de uma parcela da população que se tornava destinatária dependente dos serviços sociais assistencialistas.

No campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. O mesmo trabalho ocorria na Europa junto ao campo assistencial que atendia as

crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas. Em vários países, ocorria o atendimento às crianças em suas famílias que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento e muitas eram vítimas de maus tratos por parte dos pais ou responsáveis. Outros trabalhos na área escolar eram especializados no setor da saúde, resolvendo problemas de aprendizagem relacionados à saúde dos alunos (VIEIRA, 1977, p. 67).

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social Escolar (assim intitulado) integrava a equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores. O objetivo era atender os alunos com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentados no espaço escolar.

Na América Latina, o trabalho profissional na área escolar embora atendesse individualmente, buscava a relação da escola com a comunidade através da família dos alunos.

O Serviço Social até recentemente, não privilegiava a área da educação como campo de trabalho, sua história aponta para os “congressos internacionais e nacionais que estudavam a profissão em sua aplicação na sociedade para resolver os problemas apresentados dentro de determinado campo” (VIEIRA, 1977, p. 66).

No Brasil, há relatos históricos de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946, foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar. No Estado do Rio Grande do Sul, o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social. (AMARO, 1997, p. 51). E, em 1957, ocorre em Porto Alegre um Seminário com o tema: “Educação para Adultos e Desenvolvimento de Comunidade”, realizado pela Conferência Internacional de Serviço Social (C.I.S.S.) e a União

Católica Internacional de Serviço Social (U.C.I.S.S), refletindo que a intervenção no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital (VIEIRA, 1977, p. 178).

Até meados da década de 1970 o Serviço Social teve uma vinculação ideológica por subordinação ou opção ao projeto político do Estado legitimando a ordem vigente. Mas com o Movimento de Reconceituação fundamentado nos desdobramentos críticos da identidade profissional e no rompimento com um Serviço Social conservador e tradicional, é que a intervenção no contexto educacional ganhou novas perspectivas e destaque, especialmente na década de 1980.

Tem-se, hoje, muitas vezes, um Serviço Social restrito à educação infantil em creches e pré-escolas (centro de educação infantil), desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Educação no Brasil. E no ensino fundamental é voltado também para população de baixa renda, no qual surgem várias expressões da questão social, que invadem o cenário escolar, tais como violência doméstica, dificuldades sócio-econômicas das famílias, o uso indevido de drogas e o tráfico por familiares, crise de valores éticos e morais, que geram a indisciplina, o baixo rendimento escolar da criança e do adolescente, a evasão escolar e a falta de perspectiva de um futuro educacional.

Existem ainda algumas iniciativas universitárias que ocorrem no âmbito de Projetos de Extensão Universitária, através de supervisão de estágios na relação aluno e professor e na concessão de bolsas a alunos universitários de baixa renda. Contudo é ainda um trabalho incipiente, pela ausência de profissionais nessa área.

A educação não é um campo de trabalho novo para o Serviço Social, como é conhecido, mas nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por esta área, em seu aspecto teórico-metodológico, como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, através de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no âmbito da política educacional estadual e nacional.

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e

ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania.

Nesse sentido pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social, é remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo, representa à profissão a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas.

Mediante essa realidade é que o Serviço Social é uma profissão que vem se construindo há sete décadas de existência no Brasil e no mundo; com seu caráter sócio-político, crítico e interventivo, tem ampliado a ação em todos os espaços em que ocorrem as diversas refrações da questão social, ou seja, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Está inserido nas diversas áreas de direitos, no universo da família, no mundo do trabalho, nas políticas sociais públicas e privadas, nas questões ambientais, nos grupos étnicos, em diversos segmentos da sociedade brasileira: da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e outras formas de violação dos direitos sociais. Tais situações demandam um trabalho de planejamento, de gerenciamento, de administração, de assessoramento às políticas, a programas e serviços sociais, de análise da realidade social e institucional, a ações incisivas e transformadoras junto à população usuária. Trabalha essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços.

O seu fazer profissional exige um conhecimento amplo sobre a realidade na sua complexidade e em criar meios para transformá-la na direção do seu projeto político-profissional. É através da mediação que o assistente social realiza esse enfrentamento no complexo tecido das organizações sociais em que atua (PONTES, 2000, p. 43).

Segundo Martinelli (1993, p. 136),

Mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real.

Dessa forma, é através da mediação que o profissional tem condições de traçar um direcionamento à sua prática de forma crítica e não alienada, a partir do seu projeto ético-político, o que possibilita uma ação transformadora.

A profissão sempre acompanhou as transformações da sociedade brasileira e construiu um projeto profissional denominado projeto ético-político a partir das décadas de 1970 e 1980 e que expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária com justiça, democracia e garantia de direitos universais. Tal projeto tem seus princípios pautados na Lei 8662/93, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares com o redimensionamento no seu referencial teórico e metodológico, adequando criticamente a profissão às exigências dos novos tempos.

O Código de Ética veio nos últimos anos se atualizando ao longo da trajetória profissional. Em 1993, após um rico debate com o conjunto da categoria em todo o país, foi aprovada a quinta versão do Código de Ética Profissional, instituída pela Resolução 273/93 do CFESS.

O Código representa a dimensão ética da profissão, com seu caráter normativo e jurídico, delinea referenciais para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade do trabalho desenvolvido. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria.

A identidade da profissão não é estática. É construída historicamente desde o século XIX e hoje envolve as contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes da

atual relação capital e trabalho, em suas fases de decadência monopolista, financeira e globalizada, com graves conseqüências na força de trabalho.

Para Cardoso e Maciel (2000, p. 142),

É incontestável a função educativa desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura.

Dessa forma, é importante considerar que a função pedagógica e educativa do assistente social ocorre através dos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais e se materializa, especialmente, por meio dos efeitos do trabalho profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Essa função é

mediatizada pelas relações entre Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social (ABREU, 2001, p. 17).

O Serviço Social desenvolve estratégias objetivadas pelas políticas sociais públicas e privadas, especialmente a assistência social, atendendo sim, às necessidades de subsistência física do trabalhador, mas também nos processos de luta e de resistência das classes subalternas em contraposição à ordem do capital.

É importante considerar que a função educativa da intervenção do assistente social junto às classes subalternas, atende, em algumas vezes, as determinações dos donos do capital, pois tais serviços são demandados por estes para garantir a fixação de

valores e normas de comportamento junto ao trabalhador e sua família para o enquadramento nos padrões de sociabilidade às exigências do processo

de acumulação capitalista (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 143).

Não obstante, o movimento da sociedade mediante as conflituosas relações sociais e tensões, revela as contradições do sistema vigente e altera o pseudo equilíbrio revelado pelas forças dominantes e dá abertura às críticas, à negação e à superação da ordem estabelecida.

É nessa perspectiva que a solicitação dessas classes pelo trabalho do assistente social, demonstra a necessidade das frentes de lutas que caracterizam o projeto interventivo profissional. Tais frentes de luta indicam as possíveis respostas para atender as necessidades materiais e imediatas da população em seu pleno desenvolvimento humano, e às necessidades de formação e organização política.

Esses processos demonstram uma dimensão real de luta pela defesa e pela conquista dos direitos sociais e a busca da hegemonia no processo da construção de um novo projeto societário em detrimento da sociedade capitalista.

Nesse sentido, para Maciel (2000, p. 144),

A função educativa dos assistentes sociais integra o amplo processo de elaboração de uma ideologia própria desenvolvido por essas classes, como elemento constitutivo de uma nova cultura. Supõe compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes.

Assim, essa função educativa contida no projeto ético-político da profissão, contribui para novas relações pedagógicas entre o assistente social e o usuário de seus serviços. Tais relações favorecem uma maior participação dos sujeitos envolvidos através do conhecimento crítico sobre a realidade e dos recursos institucionais para a construção de ações estratégicas atendendo aos interesses das classes subalternas e à mobilização, à organização, ao fortalecimento e à instrumentalização das lutas para a conquista de uma classe hegemônica.

O aspecto educativo da profissão perpassa por todo contato do profissional com o usuário do seu trabalho. E o que espera desse profissional é que esteja devidamente habilitado para analisar e intervir na realidade social desenvolvendo sua formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de forma crítica; saiba definir estratégias de intervenção para a garantia dos direitos do cidadão; saiba desenvolver trabalhos de parceria para assumir trabalhos de gestão pública na área das políticas sociais em geral; compreender a questão social bem como suas expressões na realidade social e estabelecer relações efetivas entre profissional e classe trabalhadora para um trabalho com perfil educativo e pedagógico comprometido.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA...

A educação no Brasil tem se destacado nas últimas décadas no cenário internacional através de eventos mundiais¹ que resultaram em diretrizes educacionais a serem observadas por todas as Nações, reforçando a importância que a educação ocupa na sociedade globalizada.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 declaram a educação como um direito social a ser garantido pelo Estado a toda sociedade, mas ainda não se constituiu efetivamente como uma política pública universal.

A realidade brasileira apresenta dados alarmantes na educação:

Não existe escola para todos em todos os níveis; 41% dos jovens não terminam ensino médio; 2/3 dos jovens entre 15 e 17 anos não estão na escola; são elevados os índices de evasão e repetência escolar e analfabetismo. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica mostra que, entre 1995 e 2001, o desempenho discente piorou. Em 2002, 74% dos que se submeteram à avaliação do ensino Médio (Enem) tiveram desempenho insuficiente. Vale lembrar que,

¹ Eventos Mundiais: 1990: “Declaração para Todos”; 1994: Declaração de Salamanca sobre Educação Especial; 1997: Educação de Jovens e Adultos.

para o ensino médio, de cada cem estudantes, sessenta não o concluem, e que 53% dos alunos estão atrasados na escola. (BACKX, 2008, p. 122).

Embora a educação seja declarada legalmente como direito humano prioritário, inalienável e de obrigação do Estado, ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sofre as influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação público e privado. Com isso, sua qualidade e efetivação atendem aos interesses do mercado e impõe desafios na conquista da cidadania.

É necessário buscar uma educação que objetive a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos, ou seja, que “assumam sua condição de sujeitos na dinâmica da vida social, sem perder de vista um projeto coletivo de sua transformação” (BACKX, 2008, p. 122). Diante disso, trata-se de educar para o exercício de cidadania, proposta essa que ultrapassa o ambiente escolar, embora tendo a escola papel importante no processo ensino e aprendizagem dos seus alunos.

Para Almeida (2000, p. 158), a mais grave característica dessa política social, a educação,

[...] é a não-universalização do acesso da população à educação escolarizada, decorrente, sobretudo, de um confronto de interesses alimentado e realimentado por uma cultura política excludente e elitizada, que não consegue incorporar a participação das massas nos ciclos de alternância do poder e desenvolvimento econômico.

Outro aspecto relevante dessa política setorial é a sua descontinuidade, sendo muitas vezes apresentada como solução de problemas sociais emergentes, sem planejamento, imediatista e condicionada a interesses políticos e econômicos. Essa característica de descontinuidade ocorre em nível federal, estadual e municipal, através de montagem e desmontagem de programas e estruturas educacionais, como acontece com o ensino médio, o ensino profissionalizante as escolas de período integral, os sistemas por ciclos, com acessos diretos e sem reprovação. (ALMEIDA, 2000b, p. 158).

Tem ainda gerado muitos conflitos políticos e administrativos a definição constitucional dos percentuais oriundos da arrecadação de impostos da União (não menos que 18%), Estado e municípios para a educação (nunca menos que 25% da receita) e conseqüente exigência desse cumprimento, o que na prática essa legislação é muitas vezes burlada.

A educação enquanto política tem sido prioritária, em escala mundial e nacional, decorrente de uma evidente alteração de forma hegemônica nos padrões de organização social da produção. Para isso destaca-se que,

A intervenção do Banco Mundial na condução das políticas de educação é apoiada por um diagnóstico que aponta excessivos e desnecessários gastos públicos com educação superior, insuficiência de investimentos no ensino fundamental, ineficácia do ensino médio e necessidade de dinamização de um ensino profissional mais direcionado para as novas exigências do mercado de trabalho. O diagnóstico se completa com a eleição da educação como estratégia central para superar o atraso social e diminuir as desigualdades econômicas. (TOMASI et al 1996 apud ALMEIDA, 2000a, p. 156).

Os interesses escusos dessa ação do Banco Mundial, através de financiamentos diretos e de reorganização dos recursos públicos, diz respeito à inserção do Brasil como país periférico, na nova ordem mundial de padrões de consumo e produtor de mão de obra basicamente qualificada, de baixo custo e de atendimento às novas exigências de produção globalizada.

Dessa forma, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de dezembro de 1996, o Brasil colocou o seu “projeto educacional à disposição das necessidades sociais, técnicas e político-ideológicas da atual fase de expansão do capitalismo”. (ALMEIDA, 2000a, p. 21). Especialmente quando substituiu o primeiro projeto de 1994, da LDBEN , discutido e negociado com muitas entidades e os movimentos sociais do campo educacional, por outro projeto do Ministério da Educação (MEC), articulado às diretrizes do Banco Mundial. E desde então, o MEC tem imposto várias reformas educacionais sem o diálogo e a participação da sociedade civil organizada e de profissionais do campo educacional.

Confirma Almeida (2000a, p. 161) quando expõe que

A política desenvolvida pelo MEC nos últimos anos foi orientada, sobretudo pela necessidade de elevar o nível de escolaridade mínima da mão de obra no país e de empreender reformas no sentido de garantir sua integral adequação às novas exigências da esfera da produção e da cultura sem grandes investimentos, visto que deveria ser também funcional ao processo de ajuste fiscal imposto pela nova ordem econômica mundial. [...] A LDB contém um arcabouço geral de organização e orientação da política educacional referenciado pelas principais balizas do Estado neoliberal: a reforma administrativa e gerencial do Estado; a flexibilização das legislações exigida pela flexibilização da produção no mundo do trabalho; a substituição da lógica do pleno emprego pela da empregabilidade; a valorização ideológica da supremacia do mercado e da individualidade [...].

As reformas no campo educacional têm respondido às exigências do paradigma da empregabilidade e do interesse público e privado, ou seja, a inserção no mundo do trabalho é segundo os interesses do mercado, atendendo sua lucratividade e a busca da supremacia dos setores privados para uma educação mercantilizada e gerenciada pelo Estado, sem ações executivas, mas incorporando institucionalmente, a filantropia e o assistencialismo à rede de serviços públicos para a população de baixa renda, não equacionando a exclusão educacional e social. (ALMEIDA, 2000a, p. 21).

Enfim, tem-se hoje um amplo conjunto de mudanças acontecendo no sistema educacional brasileiro, desde a educação inicial até a educação superior. E é nesse vasto e complexo campo de atuação que o Serviço Social tem redefinido sua intervenção. São muitos assistentes sociais trabalhando diretamente com as instituições de ensino (públicas e privadas): nos Centros Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nos conselhos municipais de educação, na assessoria e elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, nos projetos de educação não-formal, nas universidades através do estágio curricular, projetos de extensão universitária e a inserção do jovem de baixa renda, no ensino superior e nas equipes interdisciplinares através da formação continuada dos profissionais da educação, ou

seja, no campo da educação enquanto política social e como dimensão da vida social. Como exemplo tem-se o Projeto de Extensão “Educação Pública e Serviço Social” da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A categoria profissional tem-se destacado nesses trabalhos e ampliado suas ações realizando uma interface com outras políticas sociais previstas em leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90 e a Lei Orgânica de Assistência Social, Lei n. 8742/93 e pela importância estratégica que tem a educação nesse novo milênio.

Para Almeida (2000a, p. 19-20), a relação teórico-prática no campo educacional pelo Serviço Social ocorreu com o reconhecimento da atuação do assistente social através da dimensão educativa de seu trabalho,

Durante muitos anos a associação entre Serviço Social e Educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ou ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. As razões não nos são desconhecidas: uma franca alteração no perfil do mercado de trabalho, no que se tange à efetiva atuação dos assistentes sociais no âmbito dos estabelecimentos e da política educacional ao longo dos anos 70 e parte dos 80, a afirmação do debate e das práticas sobre educação popular que se estenderam para além dos muros institucionais, além do reconhecido avanço teórico e político que as abordagens sobre a formação dos assistentes sociais ganharam no final deste século, particularmente face à atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS).

Entretanto, tal realidade se amplia, segundo Almeida (2000a, p. 20), pelos avanços teóricos de discussão da profissão em torno das políticas sociais como campo privilegiado da ação profissional e pela articulação política da categoria com movimentos sociais para a construção de um novo projeto societário pela conquista da cidadania.

Embora o trabalho do assistente social na educação ainda não se tenha ampliado de forma expressiva no mercado de trabalho em seu aspecto teórico e interventivo, como se observa pelas pesquisas, documental e de campo, o profissional tem

realizado um trabalho não que não se restringe à escola, com o denominado Serviço Social Escolar, mas vem passando por um processo de reconhecimento da profissão com o seu trabalho fundamental nas secretarias de educação municipal e estadual mediante o assessoramento na elaboração da política educacional. E como exemplo tem-se o Projeto “Político Instrumental” desenvolvido pelo Serviço Social na Secretaria de Estado da Educação e Superintendência do Ensino Especial no Estado de Goiás, de assessoria e consultoria para a educação especial.

Mesmo que seja uma imposição da legislação, a LDBEN, na adequação a outros projetos sociais para a redução de gastos públicos e para o atendimento aos problemas sociais repercutidos na escola, pode-se conceber como um avanço o trabalho dos assistentes sociais nessa área, visto como possibilidade de reflexão da ampliação do conceito de educação hoje, das instituições de ensino que recebem desde a criança até a terceira idade para os ensinamentos convencionais e obrigatórios, das possibilidades de desenvolvimento de programas e ações educacionais relacionados às mudanças da sociedade ampliando a temática da educação escolarizada como: discussões sobre a cidadania, a ética, o trabalho, a sexualidade, as drogas, a violência, o lazer, a adolescência. Temas esses que vem fazendo parte do trabalho dos assistentes sociais que atuam e elaboram os mais diferentes programas e projetos institucionais. Essa realidade expressa os limites e os desafios da escola e dos profissionais da educação em trabalhar efetivamente com esses temas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, criados pelo MEC a partir 1998, para a educação básica buscaram expressar os avanços do ensino, propondo uma nova forma de educar alunos para o novo milênio, aproximando o que se ensina na sala de aula do cotidiano dos alunos e do mundo nos dias de hoje, trazem os chamados temas transversais que são: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo. Não são novas matérias, mas assuntos que devem permear as disciplinas ministradas aos alunos durante o ano letivo. Tais parâmetros revelam uma educação antidemocrática, alienante e controladora pelo sistema vigente, a fim de padronizar a educação no Brasil. Não conseguiram sair do papel e expressaram o despreparo e o desinteresse dos educadores em incorporar esses temas à sua rotina de ensino.

Nessa deficiência é que muitos assistentes sociais foram incorporados às secretarias de educação municipal, no ensino básico, como mostram as pesquisas, através de projetos de extensão compreendendo a política de período integral, trabalhos de atendimento direto e indireto nos espaços de educação formal com a população usuária, como os alunos e suas respectivas famílias, em projetos de assessoria e consultoria e o trabalho com os próprios professores. Tal realidade pode ser exemplificada pelo Projeto “Serviço Social Escolar” em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura; o Programa Municipal de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (1991) com a função de um trabalho de assessoria à equipe de profissionais das escolas; o trabalho dos assistentes sociais nas escolas públicas de Campina Grande, Estado da Paraíba (1980); e nas escolas públicas e privadas do município de Natal no Estado do Rio Grande do Norte (1999).

Através dessa inserção na educação tem-se um campo de atuação promissor e estratégico, pois é possível refletir a natureza política e profissional da função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais por meio das políticas sociais (ALMEIDA, 2004, p. 3).

Continua Almeida (2004, p. 3),

A política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto ao campo de atuação profissional que minguou com tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social. As mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas do século vinte no mundo de produção capitalista forma decisiva para um conjunto diversificado de requisições ao campo educacional.

A ação conjunta dos assistentes sociais com o campo da educação, mediada pelos programas e projetos sócio-educativos possibilitam aos profissionais atuar dentro da política educacional, com questões que lhes são centrais, como a formação permanente

dos educadores e com a ampliação das práticas educacionais e pedagógicas numa perspectiva curricular e não mais com uma visão complementar ou paralela.

E hoje entende-se práticas curriculares inseridas num contexto histórico, social e cultural que buscam a qualidade da educação e do ensino, em processos de aprendizagem para os alunos (SACRISTÁN, 2000, p. 15-16).

A organização da categoria profissional tem empreendido várias iniciativas no que tange à regulamentação do Serviço Social na Educação e, especificamente, um Serviço Social Escolar. Recentemente, em 2003, tramitava na Câmara dos Deputados (ainda aguarda aprovação) um Projeto de lei que defende a presença do assistente social na educação básica. É um tema que vem ganhando espaço no legislativo, como vem ocorrendo tanto no nível federal, quanto no plano estadual e municipal, o que indica um certo grau de reconhecimento e de necessidade (conforme apresentado nesse capítulo). Não obstante, considerando a visão limitada dessas propostas e do real conhecimento da profissão de Serviço Social, por parte dos legisladores e profissionais da educação, esse nível de ensino é muitas vezes o único ao qual se tem acesso e uma possibilidade de expansão como frente de trabalho para o assistente social (BACKX, 2008, p. 121).

É importante que, diante dessa conquista de espaços profissionais, no campo da educação, o assistente social participe ativamente da construção desse momento histórico, pois conhecedor da sua trajetória nesse campo e dos profissionais da educação, deverá estrategicamente buscar alianças com esses próprios educadores, sobretudo nos espaços de debate e de organização que lhes são próprios, como as universidades, as associações acadêmicas e os sindicatos.

Dessa forma é necessário que a categoria representada pelos Conselhos Federal (CFESS) e Regional (CRESS) de Serviço Social priorizem movimentos e organizações temáticas para conhecer todos os seus profissionais e respectivos trabalhos realizados direta e indiretamente no campo da educação. E assim estabelecer um plano estratégico para um trabalho profissional orgânico, rompendo com ações e práticas profissionais isoladas.

Outro aspecto a ser considerado aos profissionais de Serviço Social na inserção em determinadas políticas sociais (setoriais), não consagradas em termos de mercado de trabalho, como é o caso

da assistência social, é pensar que a atuação dos assistentes sociais na política educacional requer muito conhecimento, competência, criatividade, ousadia do profissional na compreensão da dinâmica e da complexidade desse campo de atuação do Estado e da sociedade civil. É entender os diferentes níveis e modalidades de educação de ensino, os papéis incorporados pelos diversos profissionais da educação como outrora, autoridades máximas e legítimas do conhecimento, e conseqüente dispensa de outros profissionais que comporiam um trabalho interdisciplinar, inclusive o assistente social. É ainda importante reconhecer que a

política educacional é uma das expressões das disputas protagonizadas pelos sujeitos sociais no campo da cultura, mas não encerra todas as particularidades da educação enquanto dimensão da vida social” (ALMEIDA, 2004, p. 2).

Afirma ainda Almeida (2004a, p. 2-3) que

Os assistentes sociais devem, ao mesmo tempo tomar a política educacional como um modo historicamente determinado de oferta e regulação dos serviços educacionais que organiza diferentes formas de trabalho coletivo e modalidades de cooperação entre os profissionais que atuam nesta área, como considerar a educação como um fenômeno social, cujas práticas e seus sujeitos envolvem processos que embora se relacionem com a política educacional a ela não necessariamente se inscrevem. Pensar a educação para além da política educacional é, deste modo, uma outra exigência posta aos assistentes sociais e que requer um olhar sobre a própria dimensão educativa de sua intervenção como constitutiva desses processos mais amplos e não necessariamente vinculada a essa área de atuação do Estado via política social.

Essa tarefa fundamental ao exercício profissional de refletir a educação em sua dimensão mais ampla tem contribuído para o entendimento dessa política social como tarefa vasta e complexa, pois envolve a formação dos cidadãos em seus diversos aspectos como: social, econômico, político, cultural, intelectual e psicológico.

A política educacional reflete as expressões da questão social, impondo desafios aos sujeitos que participam de seu planejamento, da implementação, da execução e apresenta demandas ao Serviço Social.

Segundo o Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000 do CFESS, ao assistente social está sendo solicitado colaborar de forma consistente e efetiva com o processo de planejamento, de elaboração e de implementação da política educacional, das seguintes formas: no enfrentamento dos fatores sociais, culturais e econômicos que interferem no processo educacional; na cooperação da efetivação da educação como direito e como elemento importante à cidadania; na elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão, a qualidade do desempenho do aluno; na realização da pesquisa sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; na participação em equipes interdisciplinares (e/ou multidisciplinares), através da elaboração de programas e projetos que objetivem orientar, prevenir e intervir nas realidades: da violência, do uso de drogas, do alcoolismo, de doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; na realização dos instrumentais técnico-operativos como: visitas domiciliares, estudos e pareceres sociais, plantões sociais, atendimentos diversos para a intervenção na realidade educacional; na busca da integração das políticas sociais como a saúde, educação, assistência social, a atenção às crianças, ao adolescente, ao jovem, à terceira idade e outras, com vistas ao encaminhamento e ao atendimento das necessidades do trinômio: família, escola e comunidade; na possibilidade de uma formação e qualificação permanentes junto aos profissionais da educação, visando ampliar as práticas pedagógicas no atendimento às demandas do cenário nacional e globalizado; na produção de estudos acadêmicos, materializando os conhecimentos teóricos e metodológicos das experiências e das reflexões do Serviço Social e da Educação; na prestação da assessoria às equipes profissionais da área da educação; na supervisão e na coordenação de grupos de estágio em Serviço Social na área da educação; na inserção do profissional nos espaços de educação formal (escola) e não-formal (projetos sócio-educativos).

Nessa perspectiva de atuação profissional no campo da educação, são inúmeras as possibilidades de intervenção do Assistente Social e não se esgotam aqui.

Em suma, mediante essas reflexões, cabe ao assistente social a tarefa de traçar objetivos e finalidades à sua ação de forma crítica e conseqüente, a partir das determinações gerais e particulares de seu campo profissional. Dessa forma, é fundamental que tenha como parâmetro da ação profissional em suas diferentes dimensões, o Projeto Ético-Político-Profissional.

O MERCADO DE TRABALHO E AS RESPOSTAS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO...

Conforme abordado até aqui, pode-se afirmar que a área da educação tem sido um grande desafio para o assistente social. São poucas as definições e a construção do trabalho hoje é contínua, visto que a realidade atual impõe a necessidade de alternativas de trabalho frente às demandas da escola, pois esta se vê muitas vezes impotente na resolução dos mesmos.

O espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo gradativamente conquistado. Embora de forma gradativa, a profissão tem ampliado sua atuação através das escolas públicas e privadas, assessorias na elaboração e implementação das políticas sociais, especialmente a educação, nos projetos educacionais de extensão à comunidade, nos conselhos escolares e municipais de educação, nas equipes de formação e orientação aos profissionais da educação.

A partir dos avanços que vêm ocorrendo do trabalho dos Assistentes Sociais na educação brasileira, torna-se evidente cada vez mais que é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política educacional e na gestão escolar especialmente na “proposta pedagógica que insere a escola na realidade e a realidade na escola como elemento fundamental para o ensino e aprendizagem”. (ALESSANDRINI, 2001, p. 55).

Muitas transformações se fazem presentes no cenário mundial da globalização, obrigando ao profissional novas perspectivas e novas interpretações, nesse contexto de desenvolvimento econômico e social. Para isso faz-se necessário um profissional crítico, científico (pesquisador), competente para uma intervenção e gestão do desenvolvimento social, com identidade profissional e cultural,

comprometido com o desenvolvimento da sociedade e a defesa dos direitos humanos e sociais.

Diante das novas configurações da sociedade contemporânea, tem-se um rápido crescimento e ampliação da inserção do assistente social em novos campos de trabalho legitimados pelo mercado de trabalho, expondo quase sempre, o profissional às suas determinações.

A globalização econômica, característica do capitalismo contemporâneo, determina mudanças fundamentais no mundo do trabalho, alterando as formas de produtividade, a organização e as relações de trabalho. Tais mudanças têm implicado aumento da exploração da força de trabalho e a conseqüente perda de direitos pelos trabalhadores, com agravamento da questão social.

Nesse sentido, o Serviço Social tem se confrontado com novas exigências para a formação profissional e o exercício da profissão, como a busca de um conhecimento teórico-metodológico consistente, proporcionando aos profissionais uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta, o compromisso com a realização dos princípios ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética e a capacitação técnico-operacional. Com esse quadro, urge um novo olhar, um pensar e um fazer profissional do assistente social, consolidando o projeto ético-político pautado nos princípios da justiça social, da igualdade e da liberdade como conquista da cidadania.

Esse processo, afirma Iamamoto (2001, p. 20), exige do assistente social uma participação enquanto

[...] um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais [...] [...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. [...] e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes.

No que diz respeito à educação, tem se revelado como inegável campo de atuação do profissional social, pois tem sido o

alvo de muitas contradições, de críticas, de acordos políticos nacionais e internacionais, desfigurando seu papel fundamental de igualdade, de participação, de acesso e de direito de todo o cidadão. Desencadeiam-se problemas de ordem social ratificando muitas vezes a impotência dos profissionais da educação, o despreparo destes e a falta de compromisso na busca de alternativas e soluções para o enfrentamento da precarização do ensino e dos conflitos internos existentes.

Segundo Frigotto (2000, p. 204), o campo educacional é direito não mercantilizável e implica um rompimento com o velho, o fragmentário, e uma ação humana organizada, isso porque

A tradição de um Estado clientelista, paternalista e autoritário, no caso brasileiro, obnubila, no presente, amplos setores progressistas e dificulta a superação de uma visão moralista e reducionista de Estado. Isto se manifesta nas perspectivas maniqueísta do contra ou a favor do Estado. O problema é de outra ordem. A possibilidade de avanço alternativo ao neoliberalismo na educação implica trazer o embate, a disputa, o conflito, no plano da esfera pública. Implica mais sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para dar densidade ao embate.

A escola carece da definição de um papel e de sua identidade no contexto social, político e histórico. E essa construção depende de um movimento interno, ou seja, do interesse das pessoas envolvidas em construir a identidade da escola e conseqüentemente a construção da identidade dos seus educadores e o grau de conhecimento da escola.

Afirma Frigotto (2000, p. 203) que o Brasil assiste à banalização da escola pública e é preciso dar uma resposta coletiva,

As propostas educacionais como alternativa no campo educativo expõe os limites do horizonte da burguesia e, em casos como o brasileiro, sobredeterminados por uma burguesia atrasada, elitista e despótica. Isto se materializa de forma exemplar no embate em torno da educação no processo constituinte (1988) e, mais especificamente, no processo em curso há mais de 5 anos da LDB (1989-1995). O discurso da modernidade, na prática, esconde o profundo atraso histórico. O que vem

ocorrendo por inúmeros disfarces, convênios, cooperativa, etc., é a privatização crescente e o desmonte da escola pública.

Dessa forma, faz-se necessário conhecer o novo público atendido pelas instituições escolares, construir novos projetos pedagógicos, integrar ensino e realidade do aluno, melhorar a formação e a remuneração dos professores e educadores, buscar melhores equipamentos e estruturas escolares, trabalhar a construção da interdisciplinaridade profissional a partir do diálogo, da integração dos saberes, da troca de informações e conhecimentos e da busca de uma visão integral do sujeito.

Assim, cada vez mais os profissionais de diferentes áreas, especialmente o Serviço Social tem buscado uma atuação interdisciplinar no campo educacional, no qual possa construir paulatinamente um novo saber colaborando para que as pessoas se tornem sujeitos da sua história.

A interdisciplinaridade, para Fazenda (2003, p. 75) não é uma categoria de conhecimento, mas de ação, por isso,

Entendemos por atitude interdisciplinar uma atitude ante alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos não consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo, atitude de humildade ante a limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio, desafio ante o novo, desafio em redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas; atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida.

Nesse sentido o conhecimento interdisciplinar deve ser construído reciprocamente e por meio de comunicação e de contribuição de cada ciência, não havendo sobreposição de nenhuma delas, mas preservando a integridade de seus métodos e de seus conceitos.

A escola (educação) em seu compromisso de organizar o trabalho no sentido de torná-lo mais tangível para aqueles que a

ela têm direito, de possibilitar o acesso do indivíduo à cultura de uma sociedade e de um país, pelo direito do cidadão dizer sua voz e ser ouvido pelos outros e o Serviço Social em seu compromisso de efetivar direitos sociais intervindo nas expressões da questão social, tanto na atuação direta nas unidades escolares, como nas atividades de gerenciamento e de planejamento da política educacional, poderão juntos viabilizar a concretização da universalização do acesso ao ensino e a superação das desigualdades sociais.

PIANA, M. C. Social service and education: interconnected views. *Serviço social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009

- *ABSTRACT: This article presents a reflection about the performance of the Social Service in the Brazilian educational politics. The space of the Social Service in the educational scenery is still little recognized, but it is being conquered gradually. Based on historical data, it is known that social worker was always present in the area of the education since the first decade of the twentieth century. The school, nowadays, is considered an important and fundamental space of the social worker's performance, since it is a space of social inclusion, guaranteeing the universality and the quality of its service and instance of democratic administration, recognizing the importance and need of making possible different forms of the community's participation, in its organization and operation process. This way, an interdisciplinary professional intervention can contribute with the search of new knowledges and make possible that people become subject of their history.*
- *KEYWORDS: education. social service. professional intervention.*

REFERÊNCIAS

ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p 35-44, 2000.

ALESSANDRINI, M. A inserção do assistente social na política educacional e na gestão da escola pública. *Debates Sociais*. São Paulo, ano 36, n. 59, p. 61, 2001.

ALMEIDA, N. L. T. Desafios contemporâneos para a formação profissional em serviço social. *Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC, Dep. de Serviço Social, v. 5, p. 7-24, sem, 2000b.

_____. Educação. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Política Social*. Brasília, DF, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 3, p 153-163, 2000a.

_____. *Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação*. Publicado no Caderno Especial n. 26, 2004. Disponível em:

<<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

_____. *Serviço Social na educação: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação*. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na área de educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. Disponível em: <www.cress-mg.org.br>. Acesso em 29. jun. 2004.

AMARO, S. T. A.; BARBIANI, R.; OLIVEIRA, M. C. *Serviço social na escola: o encontro da realidade com a educação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BACKX, S. O serviço social na educação. In: REZENDE, I.;CAVALCANTI, L. F. *Serviço Social e políticas sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 121-137, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001 (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Auriverde, 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto. v. 1 – Introdução. Brasília, 1997.

- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto. Volume 8 – Apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, 1997.
- CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p. 139-150, 2000.
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 14, n. 43, p. 136-141, dez. 1993.
- PONTES, R. N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. O trabalho do assistente social as políticas sociais. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p 37-50, 2000.
- SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VIEIRA, B. O. *História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

Artigo recebido em 09/2009. Aprovado em 11/2009